

Assegurar a perspectiva do desenvolvimento socialista da RPM

N. 7/8/86 p.3

— defende Marcelino dos Santos ao abrir os trabalhos da Comissão mandatada pela Assembleia Popular

Marcelino dos Santos, Secretário da Comissão Permanente da Assembleia Popular e Presidente da Comissão de Revisão da Constituição, usou da palavra na primeira sessão da Comissão de Revisão da Constituição, para proferir o seguinte discurso:

Senhores membros da Comissão de Revisão da Constituição,

Senhores Convidados,

I — INTRODUÇÃO

Encontrámo-nos reunidos nesta 1.ª Sessão da Comissão de Revisão da Constituição para dar início aos trabalhos de revisão da Constituição da República Popular de Moçambique.

A Comissão de que somos membros foi criada a 26 de Julho de 1986, por Resolução da Assembleia Popular, reunida na sua 15.ª Sessão, e na qual se define o nosso mandato de trabalho.

Este mandato, que a Comissão deve exercer com fidelidade e criatividade, realizar-se-á através da elaboração de uma proposta de alteração da Constituição, da promoção do seu estudo a nível popular e da submissão das conclusões alcançadas à Comissão Permanente da Assembleia Popular. O mandato confiado à Comissão de Revisão pela Assembleia Popular ganhará corpo, materializar-se-á, na medida em que a proposta de alteração da Constituição da República a elaborar, venha a ser uma contribuição efectiva para a consolidação da unidade nacional, venha a consagrar as transformações políticas, militares, económicas, sociais e administrativas já operadas e que representem um aprofundar do carácter democrático e popular do nosso Estado, e assegure a perspetivação do desenvolvimento socialista da nossa Pátria.

Este mandato só se realizará cabalmente se o processo de revisão da Constituição for um exemplo de democracia, um meio de elevação da consciência cívica dos direitos e deveres constitucionais dos cidadãos, para impulsionar a sua iniciativa e participação.

É mandato da presente Comissão realizar uma revisão global da Constituição da República Popular de Moçambique, que seja compreendida e assumida por todo o Povo moçambicano.

A compreensão profunda do significado e conteúdo do mandato recebido implica que analisemos primeiramente a nossa experiência de revisão constitucional. Exige que ponderemos sobre o alcance das alterações introduzidas à nossa Lei Fundamental, desde a sua aprovação pelo Comité Central da Frente de Libertação de Moçambique, na sua sessão histórica, em momento de vitória, a 20 de Junho de 1975. Importa, pois, que recordemos, mesmo se de modo breve, o essencial das alterações à Constituição da nossa República Popular, cujo período de vigência corresponde ao da nossa própria Independência Nacional. Esta reflexão é útil, pois permite, por um lado, ver como o projecto de sociedade que hoje construímos está reflectido na Constituição e, por outro, se dela se obtém a força, a clareza e o desenvolvimento necessário para que a nossa sociedade possa florescer.

Neste contexto, e para facilitar e introduzir o nosso trabalho de hoje, vamos abordar duas questões fundamentais:

- uma breve caracterização das alterações constitucionais realizadas; e,
- o carácter e âmbito da presente revisão constitucional.

II — CARACTERIZAÇÃO DAS ALTERAÇÕES

A Constituição da República, aprovada pelo Comité Central da FRELIMO,

tivos fundamentais a serem alcançados na presente etapa de democracia popular, etapa de transição para a sociedade socialista.

Ela é uma lei dinâmica, programática e estável, preserva o exercício permanente e cada vez mais renovado do poder popular, baseando-se nas decisões do nosso Partido de Vanguarda o Partido Frelimo.

Neste processo, a nossa Constituição tem sido objecto de alterações tendentes a adequá-la às transformações políticas, económicas, sociais, ideológicas e culturais que se operam na prossecução dos nossos ob-

jectivos fundamentais a serem alcançados na presente etapa de democracia popular, etapa de transição para a sociedade socialista.

- a criação do Partido Frelimo;
- as primeiras eleições gerais e a consequente criação de Assembleias do Povo desde a localidade até à nação;
- as nacionalizações;
- a criação e desenvolvimento das Aldeias Comuns;
- a criação das Empresas Estatais;
- a abolição da advocacia privada;

b) O envolvimento da população no processo da revisão da Constituição constitui um estímulo à sua participação política, ao combate ao analfabetismo e traduziu-se num verdadeiro exercício de democracia.

c) O estudo da Constituição a nível popular e a consequente apresentação de propostas pelas largas centenas de milhares de intervenientes no processo comprovaram a justeza da nossa revolução no que respeita à necessidade de popularizar as leis, de levar a população a compreendê-las e a participar cada vez mais na sua elaboração e na sua aplicação.

III — CARÁCTER E ÂMBITO DA PRESENTE REVISÃO DA CONSTITUIÇÃO

A presente revisão constitucional é, portanto, parte deste labor contínuo de aperfeiçoar, enriquecer e desenvolver a Constituição da República, nossa Lei Fundamental. A Constituição é um instrumento do mais alto valor para defesa da Revolução, importa que nela se consagrem as experiências positivas e as transformações revolucionárias alcançadas e se perspetive o progresso social.

O desenvolvimento das bases constitucionais nos domínios da defesa da Pátria, da luta contra o subdesenvolvimento e pela edificação do socialismo, a necessidade de elevarmos o exercício do poder, o aperfeiçoamento do Estado de democracia popular, a consagração das principais formas de organização e associação dos cidadãos na vida política, económica e sócio-cultural do País, são questões de fundo que nesta ocasião merecem reflexão com vista a chegarmos a conclusões quanto ao seu tratamento constitucional.

Na revisão constitucional, guiam-nos os princípios e directivas do Partido Frelimo, a própria Constituição da República Popular de Moçambique e a experiência da sua materialização, em suma, o nosso sistema político.

Assim, é importante reflectirmos em especial:

- a) Como concretamente se vem desenvolvendo e configurando o nosso sistema político,
- sobre o papel dirigente do Partido Frelimo e suas implicações sociais e estatais;
- sobre as organizações democráticas de massas e sócio-profissionais; sobre outras formas de associação dos cidadãos, quer de carácter comunitário, como os grupos dinamizadores, quer de carácter económico como as associações de produtores, de consumidores e de proprietários; sobre os colectivos de trabalhadores; sobre as associações culturais;
- as formas de propriedade e o seu tratamento na nossa Constituição;
- a garantia dos direitos e deveres dos cidadãos e a criação de melhores condições para o seu exercício em cada fase do nosso processo revolucionário.

A defesa da Pátria exige neste quadro uma análise e valorização muito especial porque dela depende a consolidação da nossa Independência, a integridade territorial, a unidade nacional e soberania do Estado moçambicano.

b) O Título III da Constituição da República, relativo aos «Órgãos do Estado» merecerá novamente a nossa maior atenção.

Importa estudar e reflectir sobre todo este título, concentrando-nos nas implicações da criação das funções de Presidente da Assembleia e de Primeiro-Ministro, bem como da alteração da organização territorial.

Neste capítulo exigem uma abordagem especial questões como:

- a análise das funções de Chefe de Estado;
- a reflexão sobre a Comissão Permanente da Assembleia Popular nas novas condições da existência de um Presidente da Assembleia Popular;
- o estudo preciso das funções do Conselho de Ministros como órgão de execução, decisão e controlo governamental, que se concentra em particular na direcção da economia nacional e das actividades sócio-culturais;
- a análise da relação órgãos locais do Estado/escalões da divisão territorial, de modo a clarificar os níveis em que devem existir órgãos estatais;
- a iniciativa das leis, o papel das comissões de trabalho da Assembleia Popular e dos Deputados.

c) O Capítulo IV, «Organização Judiciária», merecerá também uma atenção particular.

O funcionamento efectivo da Assembleia Popular deverá tornar realidade o princípio constitucional da subordinação à Assembleia Popular do Tribunal Popular Supremo e demais tribunais determinados na lei.

A 15.ª Sessão da Assembleia Popular, cujos trabalhos terminaram a 26 de Julho de 1986, ratificou a Lei de criação do Instituto de Assistência Jurídica aos cidadãos. Põe-se-nos agora a questão: qual deve ser o tratamento constitucional deste importante meio de garantia dos direitos dos cidadãos, a assistência jurídica.

A subordinação e as funções do Procurador-Geral da República parecem constituir também matéria de reflexão no contexto da presente revisão constitucional.

Considerando as experiências dos anteriores processos de alteração da Constituição e o carácter e âmbito da presente revisão constitucional, bem como o processo eleitoral em curso, há que analisar igualmente qual a metodologia a seguirmos na popularização da Constituição da República.

Creio que nos devemos apoiar nos mecanismos do processo eleitoral para realizar não só a divulgação e busca de sugestões relativas à revisão da Constituição, mas também o estudo da própria Constituição da República.

Esta é uma ocasião excelente para divulgarmos a Lei Fundamental da República: em cada reunião, conferência, Assembleia que se realize ao longo de todo o processo eleitoral.

Senhoras e Senhores, Membros da Comissão de Revisão da Constituição,

Estas são as considerações que achamos útil fazer ao iniciarmos os trabalhos da Comissão de Revisão da Constituição e, com elas procuramos orientar os trabalhos, apresentando pistas, pontos ou hipóteses para análise.

Declaro agora solenemente abertos os trabalhos da Comissão de Revisão da Constituição.

A Luta Continua!

Maputo, 6 de Agosto de 1986



Marcelino dos Santos, de pé, discursando na sessão de abertura da 1.ª Sessão da Comissão de Revisão da Constituição

MO, a 20 de Junho de 1975, condensada e exprime a nossa história. Ela inspira-se nas tradições patrióticas de resistência secular do nosso Povo contra a dominação estrangeira, a opressão e a humilhação. A nossa Constituição consagra as experiências acumuladas ao longo da Luta Armada Revolucionária de Libertação Nacional, ela exprime a linha política, económica e ideológica definida pela FRELIMO. Ao mesmo tempo, a nossa Lei Fundamental integra os ensinamentos da luta revolucionária dos povos pela sua libertação, a experiência dos Estados socialistas e a teoria marxista-leninista sobre o Estado.

A Constituição da República define os princípios que orientam o Estado e a Sociedade, estabelece os direitos e deveres dos cidadãos e define os órgãos do Estado. Ela reflecte o processo da luta de classes, é um instrumento fundamental do nosso Povo e traça um programa de objec-

jectivos essenciais de defesa da Pátria, de luta contra o subdesenvolvimento, da consolidação da democracia popular e, em suma, da construção do socialismo.

É assim que, em 1976, por determinação do Comité Central da FRELIMO, o então artigo n.º 57 da Constituição sofreu uma alteração de modo a consagrar a supremacia das Assembleias do Povo, em cada escala, relativamente aos demais órgãos do Estado e respectivo aparelho.

Mais tarde, em 1978, a Comissão Permanente da Assembleia Popular criou a Comissão de Trabalho para a Revisão da Constituição, através da Resolução n.º 8/78, de 9 de Maio. Tratou-se da primeira alteração constitucional de grande vulto ditada pela necessidade de consagrar as transformações políticas, económicas e sociais ocorridas desde a proclamação também se organiza.

— a nacionalização do ensino.

O trabalho desenvolvido em 1978 permitiu tirar lições e conclusões que, pela sua importância, dimensão e actualidade, importa que façamos uma breve e sucinta referência, tendo em vista criar uma base sólida para a realização do trabalho que nos foi incumbido:

a) O trabalho da Comissão de Revisão foi realizado na base de um programa de tarefas e prazos. A planificação do trabalho permitiu o desenvolvimento em pouco tempo, de um grande número de cidadãos, sob uma coordenação e direcção central. A actividade assim desenvolvida permitiu aprofundar o conhecimento da realidade da nossa revolução e contribuiu para enraizar a democracia nas massas. Devemos reter daquela experiência que o exercício da democracia também se organiza.

d) O trabalho assim desenvolvido permitiu a recolha de contribuições e a listagem de diversos problemas que afectavam a vida do nosso Povo, tendo passado a merecer maior atenção das estruturas competentes.

Na esteira das históricas decisões tomadas pela 5.ª Sessão do Comité Central do Partido Frelimo, eleito pelo IV Congresso, relativas à operacionalização dos órgãos do Estado e respectivo aparelho, a Assembleia Popular, na sua 15.ª Sessão, alterou a Constituição, consagrando constitucionalmente as funções de Presidente da Assembleia Popular e de Primeiro-Ministro, bem como a organização territorial. Trata-se de alterações de grande significado e alcance no âmbito da organização política do Estado moçambicano e no desenvolvimento das nossas instituições, conforme constatámos na última Sessão da Assembleia Popular recentemente terminada.